

MEMÓRIAS DO CONSELHEIRO

ADALBERTO MARTINS DE SOUSA
(1880-1890)

ESTUDO DE FACTOS
SOCIOCULTURAIS

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa

www.incm.pt

www.facebook.com/INCM.Livros

editorial.apoiocliente@incm.pt

© *José-Augusto França*
e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Título: Memórias do Conselheiro Adalberto Martins de Sousa (1880-1890) — Estudo de Factos Socioculturais

Autor: José-Augusto França

Concepção gráfica: INCM

Design da capa: INCM/João Tiago Marques

Revisão e paginação de texto: INCM

Tiragem: 2000 exemplares

1.ª edição: Abril de 2014

ISBN: 978-972-27-2274-2

Depósito legal: 368 418/13

Edição n.º 1019889

MEMÓRIAS DO CONSELHEIRO

ADALBERTO MARTINS DE SOUSA
(1880-1890)

ESTUDO DE FACTOS
SOCIOCULTURAIS

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Do mesmo autor:

Estudos de Factos Sócio-Culturais;

O Romantismo em Portugal, Lisboa, 1974 (3.^a ed., 1999; ed. francesa, 1974);

Os Anos Vinte em Portugal, Lisboa, 1992;

Lisboa 1898, Lisboa, 1998 (2.^a ed., 2002);

Lisboetas no Século XX – Anos 20, 40 e 60, Lisboa, 2005;

O «Ano X» – Lisboa 1936, Lisboa, 2010;

O «Ano XX» – Lisboa 1946, Lisboa, 2012.

INTRODUÇÃO

Nos primeiros dias de Outubro de 2007 recebi, em Jarzé, por reexpedição de correio, uma carta do Dr. Júlio Dias de Sousa Taveira, advogado em Lisboa, na qual, com recomendação de um antigo colega meu, da Universidade Nova, me propunha a leitura de um manuscrito inédito, de Memórias de um seu trisavô, o Conselheiro Adalberto Martins de Sousa, falecido em 1890. Eram elas relativas ao decénio anterior, e supunha poderem apresentar interesse para mim, no quadro das minhas investigações históricas, as quais, etc., etc., lhe mereciam grande admiração. Respondi-lhe, encontrámo-nos quando regresssei a Lisboa, em Novembro, e confiou-me então uma disquette feita do manuscrito que tinha para cima de 700 folhas, em letra miúda.

É este prómio reduzido a uma dúzia de páginas minimamente explicativas da origem do manuscrito em questão e com elementos informativos, de carácter biográfico (e mesmo genealógico) que devem enquadrá-lo. Foram eles devidos a uma prima direita do pai do portador do manuscrito, que conservava os arquivos da família por outra via de ascendência; fora professora liceal de Matemática, estava aposentada e viúva. No contacto estabelecido, percebi que havia queixas mútuas entre os dois ramos familiares, mas foi pela Dr.^a Genoveva que, por exemplo, soube da existência de um retrato do Conselheiro Adalberto, por Columbano, entretanto vendido pela família.

Impublicáveis na íntegra, por interesse incerto das suas páginas escritas (mas não sempre, como se verá) «corrente calamo», era necessário tratar o texto geral, como ficou combinado, em inteira liberdade de critério da minha parte, como não podia deixar de ser. Entre transcrições, cortes e raras montagens, e alguma correcção de estilo, mas conservando tiques de linguagem (os seus «velhos» ou «bons» ou «nobres» Amigos, assim repetidamente nomeados e com A grande, francesismos e pontuações exclamativas ou reticentes abundantes) e sempre no escrupuloso respeito das opiniões, simpatias e críticas do autor, o meu trabalho se processou, com frequentes consultas ao Dr. Sousa Taveira, sempre que havia escolhas delicadas a fazer.

O enquadramento da família dizia sobretudo respeito às suas modestas origens, em que o Conselheiro Adalberto era terceira geração, e da qual a descendência posterior só ocasionalmente devia vir ao caso. Mas os contactos com a Dr.^a Genoveva de Sousa Almeida

foram bem úteis, em perspectivas familiares mesmo que a negligenciar, na economia da publicação das Memórias do Conselheiro Adalberto.

Memórias, tenho vindo a escrever, que assim foram intitulados, na primeira folha (só alguns anos depois do início da redacção, como saberemos), os cadernos do autor; mas elas assumiram muitas vezes mais uma carácter de «diário», e logo na continuidade do discurso, sempre datado do dia em que era deitado ao papel, numa caligrafia curiosamente cuidada. De qualquer modo, são as Memórias do Conselheiro Adalberto Martins de Sousa, que vamos ter presentes na adaptação necessária para publicação.

Nisso o documento original assegura o seu interesse (que o leitor avaliará), interesse histórico, no testemunho muitas vezes quotidiano de um decénio privilegiadamente significativo, no último quartel do século XIX. Politicamente e culturalmente, socialmente, em suma, conforme as experiências correlativas do autor, homem político (ou, melhor, mas, na verdade, não muito, de política), numa afeição fontista que datava da sua maioridade, recém-chegada da formatura em Coimbra, ao meio do século, e, mesmo exprimindo reservas e críticas a certas atitudes do partido, muito se regozijando com o regresso dos Regeneradores, entre 1881 e 1886. Sem, todavia, desejar participar no novo ministério, com a pasta da Fazenda para que as suas competências o dispunham e de que recebeu convite (aí importa consultar bibliografia sobre o Partido Regenerador); foi então que recebeu a Carta de Conselho.

Mas o Conselheiro era também, por seu gosto e práticas, homem du monde, amigo de toda a gente — e logo do Rafael Bordalo, muito por paixão comum do dia-a-dia da cidade. E, sobretudo, ele ia à ópera e ao teatro, em frequências assíduas e convictas de dilettante tradicional. Os cantores e as cantoras do São Carlos, os dramaturgos e os actores e actrizes do D. Maria e da Rua dos Condes, acompanhou-lhes o Conselheiro Adalberto a carreira, com minúcias de interesse e admiração — e de memória!... Veja-se o que escreveu sobre o livro de Fonseca Benevides, ou sobre a Borghi-Mamo e a Sarah Bernhardt...

Muito teatro sério ou jocoso vemos assim passar pelas Memórias do Conselheiro (com alguma nostalgia por vezes...), e muitas leituras também — d'Os Maias de Eça de Queirós, em 1888, sobre a qual mais longamente escreveu páginas que nos podem afiançar o seu

original juízo crítico, e não só literário. Teve ele significativo campo de análise já em 1881, ao começo dos seus cadernos, no Portugal Contemporâneo, de Oliveira Martins, ao mesmo tempo que, homem de longa prática financeira, nos gabinetes do Banco de Portugal, considerou o Inquérito Industrial desse mesmo ano, e graves situações económico-financeiras depois. Muitas obras e publicações lhe vieram às mãos, como veremos, cuja leitura registou com opinião crítica sempre mais ou menos apropriada — mas talvez se deva ver nestes três casos os pontos de referência mais significativos para podermos apreciar as suas Memórias, e a própria personalidade intelectual e moral do autor. Ela foi vivida e definida nestes dez anos de passagem (por assim os ver) entre dois Portugais, de vã opulência e de início patente de ruína — marcados pela festa patriótica do Centenário de Camões, e pela fúnebre desilusão do Ultimatum, quando o monumento do Poeta foi coberto de crepes.

Na ocasião da primeira data iniciou o Conselheiro Adalberto (então há pouco enviuvado) a redacção dos seus cadernos, com uma carta endereçada, para leitura póstuma, ao filho Humberto, que leremos nós, ao início do manuscrito. Após a segunda data, viria ele a falecer.

Em ambas as datas, na reflexão a que o Conselheiro Adalberto culturalmente se entrega, se transportam ou criam valores que devemos considerar fundamentais, por assim dizer. E já tinha então morrido tragicamente Camilo, cuja admiração o Conselheiro partilhava com a de Eça, e nisso se avaliará o seu senso crítico geracional (interessantes, a comparação do Amor de Perdição com Os Maias, e as considerações sobre Guilherme do Amaral!), e ia em breve, da mesma forma, morrer Antero de Quental — que o veremos cruzar brevemente no atelier de Columbano, numa tarde de 1889...

A organização cronológica do manuscrito do Conselheiro Adalberto Martins de Sousa leva a uma publicação correspondente, mas, ao trabalhá-lo, uma dúvida me veio ao espírito, perguntando-me se não seria mais interessante, senão preferível, estruturar as Memórias de outro modo, em capítulos temáticos, tornando-as mais úteis e, acaso, consultáveis para leitores dados a investigações parcelares. Porque, na verdade, o Conselheiro trata, de enfiada, por prática em certa medida diária, de assuntos diversamente classificáveis — de política, economia, literatura, teatro, ópera e artes e feitos da cidade. Ele assiste a actos de gravidade ou diversão nacional, a estreias, a inaugurações, a

enterros, ou reflecte sobre livros, em leitura atenta e preocupada, ou sobre situações que envolvem a própria vida do país, o seu presente ou o seu futuro, senão o entendimento do seu passado! Aliás, como já sabemos, por um acto deste começam as Memórias, como por outro, tragicamente correspondente, elas terminam, ou quase.

Outra leitura delas levaria a agrupar as páginas consoante os temas que abordam distintamente. Tal solução asseguraria um carácter ortodoxo de «estudo de factos sócio-culturais» ao livro, na colecção de outros já assim escritos por mim — agora satisfeito de ter os anos de 1880 ao meu dispor.

A outra solução editorial, respeitando a ordenação do manuscrito e sendo assim mais leal para com ele, tal como me fora oferecido, de outro modo marcaria o decorrer do tempo, por natureza histórico, sem anacronismos, atropelos, ou explicações desejáveis. E assim preferi seguir uma linha cronológica estrita, que nos oferece o quotidiano de um país ou da sua capital — onde, do Terreiro do Paço a São Bento e a São Carlos, tudo se passava e tinha sentido...

São, portanto, memórias lisbonenses de uma personagem de relevo social, Conselheiro de título honorífico e director bancário de profissão familiar, de que aqui se trata. Assim é, na sua factualidade — mas vista ela, interpretada, comentada e (em certa medida) julgada pelo memorialista.

Importa tão-somente chamar agora a atenção do leitor para o valor e o significado das opiniões e reflexões do Conselheiro Adalberto Martins de Sousa, no seu contexto cultural (político e económico, inclusos) e ver como elas se formaram e muitas vezes formularam com a imediata significação das escolhas por ele feitas. Informando-se, porém, o leitor de que, para além das 150 datas-textos finalmente escolhidas, por contas certas, e proporção razoável, muitas e muitas outras que achei de interesse menor, de vários pontos de vista, deixei de lado, com alguma pena, que confesso. Grande número delas é verdade que estavam inacabadas ou interrompidas, por qualquer acidente quotidiano, ou falta de tempo, e algumas até riscadas com traços cruzados de pena, ou somente algumas linhas ou palavras obliteradas e tornadas ilegíveis. E há acrescentamentos, postos entre linhas, que também importou recolher.

Não posso dizer quantos dias regista o diário redigido: dez anos contêm 3650 dias, mas a maior parte dos dias passaram em branco,

e outros receberam apenas um registo de data ou meia dúzia de palavras apontadas pro memoria, ou nem isso. Já que de selecção tinha de se tratar, creio sinceramente que a mesma diminuta recolha realizada cumpre o propósito editorial. Aí, eu tenho que pedir a confiança do leitor, como pedi a do trineto do Conselheiro que me contactou e a quem escrupulosamente mostrei os cortes que propunha, como já disse. Com eles se evitaram minudências, alongamentos e repetições — permitindo-me somente introduzir breves notas objectivas como pareceu necessário, para informação bibliográfica e melhor situação das cenas e personagens referidas no contexto da História, ou dos dias mencionados, mas sem pretensões de erudição arquivística que não tem lugar no projecto da edição. E estabelecendo, também, em remissas, ligação entre várias notas, para benefício do leitor.

Observe, porém, o leitor, a percentagem e o desenvolvimento relativo dos registos feitos pelo autor, nos vários campos dos seus interesses, dos seus conhecimentos e das suas práticas. Na política, principalmente, se assim quisermos achar, em submissão a discutíveis superestruturas da História, «Regenerador» que era o Conselheiro, mas avesso a ambições na sua desinteressada fidelidade a Fontes Pereira de Melo, cujo falecimento, em 1887, foi a efeméride que, mais do que outras (mortes de dois reis, D. Fernando e D. Luís, de políticos celebrados, como o Ávila, Braamcamp ou o Costa Cabral) mereceu longa e aplicada reflexão necrológica ao memorialista, com considerações certamente originais — como a que o leva a pôr face a face Fontes e Oliveira Martins, pensando no bem que se tiraria do seu entendimento mútuo... Mais coisas da política, internacional ou nacional, como a Conferência de Berlim, o «Mapa cor de rosa» ou o Ultimatum (obviamente), ou mudanças e crises de governo, foram objecto de comentários seus, sempre discretos, para além do que não escondia pensar, mal, sobre os «progressistas», geralmente mencionados entre aspas (mas abrindo lealmente excepção para Emídio Navarro...) Iguamente avaliou ele um certo Iberismo e as dificuldades da política colonial, que bem entendia ser então vital para o País; e também a Salamancada — e um certo republicanismo, a que o filho Humberto aderiu! E as grandes aflições do Empréstimo, em 1890. Repare-se também no registo da morte de Karl Marx, em 20 de Abril de 1883, que será menos inesperado do que possa parecer.

O episódio da recusa de uma pasta de ministro, em 1886, é objecto de um comentário que é o mais pessoal de todos, por modéstia, certamente, mas também, podemos crer, mais nobremente, por desejada distância da sociedade que bem conhecia e que na referência ao Banco de Portugal, em 1889, em que fizera toda a sua carreira, se manifesta sem amargura. De carácter pessoal, só mais duas notas foram escolhidas — mas verdade é que muitas mais não há no manuscrito.

O nosso Conselheiro assistia (e é a história da Cidade, a que traz muita informação hoje ignorada) à inauguração de monumentos, dos Paços do Concelho ao Coliseu, do Jardim Zoológico e da Praça da Figueira à Penitenciária e à estreia da Avenida da Liberdade, em 1886, para os esponsórios do Príncipe Real D. Carlos, e à abertura da Estação do Rossio no ano seguinte, que lhe permitiu ir daí a Paris no novo Sud-Expresso — lá voltando daí a dois anos para subir à Torre Eiffel e visitar a «Exposition», como relatou, com boa reflexão. Porque, homem de cultura (como terá surpreendido o leitor, mal-habitado a preconceitos...), o nosso memorialista se interessa, dia a dia, pela arte (repare-se nas suas relações amistosas com Columbano, e no que diz de Lupi e de Soares dos Reis, ao passamento de ambos, e no acaso da descoberta dos famigerados Painéis de São Vicente-de-Fora), lê os livros que terá sido preciso ler na altura, uns de impacto imediato, como Os Maias (de entrada o aponte), ou A Velhice do Padre Eterno do Junqueiro ou os versos revoltados de Gomes Leal, e os Sonetos de Antero, mas também outros mais recônditos, como os poemas de Cesário — ou os versos de Eugénio de Castro, de que desconfia, no curioso encontro que tiveram... Até às reflexões de Fuschini e de Sampaio Bruno, ou de Silva Cordeiro e de Andrade Corvo nos Perigos lembrados, de 1870 (que os leitores de hoje não terão sequer folheado...) E entre Teófilo e Antero, em entusiasmos antropológicos, e apreciação das ideias sociais, vêmo-lo tomar precauções em leituras críticas (repito) do Portugal Contemporâneo — admirando ao mesmo tempo o Pinheiro Chagas, historiador, orador e ministro... E vai ao teatro aplaudir a Rosa Damasceno, lamenta a morte de Rosa pai, do Santos Pitorra, e da «Bela Emília» das Neves, em 1883; mas também do Biester e do Palha e da Revista Teatral. Ou do pitoresco e indefectível José Carlos, pilar do São Carlos... E assiste à leitura privada do Duque de Viseu, de Lopes de Mendonça, no atelier do

cunhado Columbano — e escuta, no Largo de São Roque entre amigos, o Guilherme Tell, no telefone ligado ao palco do São Carlos, no mesmo mês de Novembro de 1885! É a civilização do fim do século...

A ópera é para o Conselheiro prática cultural e social obrigatória: em 1883, ouvimo-lo contar como também acompanhou, outrora, a De Rezke, pelas ruas do Chiado em festa!... E devemos reparar nas linhas que dedicou a Wagner (raras então em penas nacionais), e a Offenbach e a Liszt, às suas mortes. Aqui também num apreço que o fazia ser leitor semanal dos jornais de Rafael Bordalo que haviam de lhe sobreviver, rindo sempre das suas impertinências críticas. Como conhecido foi também de Eça de Queiroz, patuscando mesmo com ambos, no Montijo, em 1880... Veja-se o que o Conselheiro diz do Zé Povinho, a propósito da «albarda» proposta por Mariano de Carvalho, em 1882 (de quem muito desconfia politicamente...) — leitor que também geralmente era da imprensa da cidade. Olhe-se o que diz d'O Século republicano, à sua aparição, em 1881; e veja-se toda a informação que tirava d'O Ocidente e da Ilustração Portuguesa, sucessivamente. Ou das Farpas, d'Os Gatos ou da Revista de Portugal do Eça. E o seu luto por Victor Hugo, sentidamente, por cultura de geração.

Sem ser caso de fazer aqui o sumário temático das páginas recolhidas, ponto a ponto, vemos passar, nas Memórias do Conselheiro Adalberto Martins de Sousa, tudo quanto de importante atravessou a sociedade portuguesa — e eu permito-me dizer que a escolha foi feita nesse sentido. E isso logo nos faits-divers da sua capital, no seu Chiado em que lamentou o encerramento do Magalhães em 1886 e saudou as aberturas do Baltreschi, no ano anterior, e do Tavares (rico...), daí a dois anos. Homem do Grémio, na Rua de São Francisco, viu ele também o Turf mudar, em 1888, para o antigo palácio do Marquês de Niza, na Rua Garrett — cujo nome viu dar, anotando-o, à rua central do Chiado do Romantismo, tal como lera as «Memórias» do poeta, comparadas às de Castilho, em 1881. E, na sua vida agora solitária de viúvo, ele não deixou de ir, convidado incerto, às festas faustosas do Burnay e do Foz, em 1888, sobre cuja nobreza de fresca data não deixou de ironizar, em conversas do Grémio, com (provavelmente — mas não sei se outra identificação se apresentará) o velho Marquês de Alvito; e com maior dureza quanto aos novos Porto-Covos, de que tinha respeitosa memória familiar. No Grémio

(é claro que o) Literário, sítio emblemático de Lisboa-Chiado (sub tegmine fagi...) com o seu, então, quase meio século de existência, o Conselheiro discutia especialmente com o Visconde de Santa Mónica, Henrique O'Neill, descendente de reis da Irlanda medieval, Senhores do Ulster, e que foi Procurador-Geral da Coroa, e personagem original de muito interesse na sociedade portuguesa, que pude identificar por outras vias; e com outros sócios de que o Conselheiro Adalberto, por discricção, só punha as iniciais dos nomes, muitos dos quais me foi impossível verificar. Mas o Conselheiro esteve também atento aos comícios, em Março de 1881 e em Abril de 1890, de cor revolucionária, e ao congresso refundador do Partido Republicano, em 1884 — vendo despontar tais ideias (como já sublinhei) no seu primogénito, estudante em Coimbra, como ele fora, nas vésperas da Regeneração. Olhe-se a carta do princípio do manuscrito, que lhe é dirigida. Por ela começámos.

E não é certamente despiciente que, tendo o Conselheiro assistido à grande exposição de Arte Ornamental em 1882, onde saudou o velho rei D. Fernando de Coburgo (que tinha sempre uma palavra amável para ele, por uma história antiga que a seu tempo contou), cinco anos depois, em Abril, tenha aplaudido, no Tim-Tim por Tim-Tim, do Ginásio, os encantos de Pepa Ruiz... Por D. Genoveva tive conhecimento de uma discreta aventura que não terá deixado de ser comentada por toda a Lisboa-Chiado, para além do que ele não podia ter confessado nas suas próprias páginas... Mas não estou aqui para romancear! Embora se deva chamar a atenção para o gosto que o Conselheiro pôs a comentar o destino parisiense da famosa Paiva...

As grandes travessias africanas, com os livros dos nossos exploradores, em 1881 e 1887, tal como a garantia do funcionamento desde esse ano, da Anglo-Portuguese Telephone Co., ou o tão necessário Código Comercial de 1888, dos homens da «Vida Nova» aos mesmos que foram os «Vencidos da Vida», dois anos depois — tudo isso (e, inesperada, a morte de Karl Marx) o leitor encontrará variadamente nestas Memórias a que o Ultimatum e a crise financeira porão ponto final — que o foi de certa pátria também, em 1890. E do Conselheiro Adalberto.

... Diga-se ainda nesta introdução (um tanto à margem, por abusiva autoridade de prefaciador, a querer insistir numa opinião que já há muito formulou) que neste decénio se terá jogado o futuro ao menos imediato de Portugal, por não ter o País podido então

assumir o presente internacional, na mudança social e histórica do século. O mesmo já eu, aliás, considerei em relação aos anos de 1920 que estudei, e nos quais Portugal terá também perdido a hipótese de Modernidade...

... A muito, na verdade, podem levar as Memórias do Conselheiro Adalberto, até em lições para a actual situação do Portugal-2014!

Antes da leitura das Memórias do Conselheiro Adalberto Martins de Sousa, importará conhecer-lhe sucintamente as raízes familiares que atravessam também a história do país que ia ser e foi constitucional, desde, digamos, 1775 — data em que nasceu, na Rua da Bandeira, em Viana do Castelo, filho de tendeiro e tendeiro ele próprio, António da Conceição, dito Martins, sem razão registada, que, casado sem filhos (falecido em casa, em 1827 [?]), teve de uma criada, Adelaide de Jesus (falecida em 1810), um filho que perfilhou, apadrinhado, em 1800, por procuração, por um antigo vizinho de rua que fora para a capital e aí fizera já fortuna. Com hábito de Cristo, senhorio de uma vila que fundou, no sítio de Porto Covo, comissário frutuoso da Marinha, chamava-se ele Jacinto Fernandes, dito toponimicamente Bandeira; ia ser barão três anos depois, e faleceria em 1806. Por isso o menino em questão se chamou Felizberto Jacinto, já Martins, no registo paroquial (sendo curiosamente Martins, Silvestre, o procurador do padrinho; mas nenhuma razão parece dever ser tirada do facto). Veio Felizberto para Lisboa aos treze anos, sob protecção não já do barão de Porto Covo da Bandeira, entretanto falecido, mas de um seu sobrinho herdeiro, também chamado Jacinto, que ia enriquecendo os bens herdados e que, ao falecer, em 1818, passou também a um sobrinho seu, sempre Bandeira de nome e no título — que foi subindo de barão a visconde e finalmente a conde, já em 1843. Em 1830 era ele ainda só visconde quando foi padrinho de Adalberto Joaquim (do paraninfo) Martins de Sousa — este último apelido tirado da mãe, e do avô materno, o Desembargador João Baptista Pereira de Sousa, que sofrera perseguições miguelistas, na infeliz história do país. A aliança matrimonial significava o considerável progresso social de Felizberto. Singrara ele, protegido pelo Bandeira e sucessores, no quadro do Banco de Lisboa de que o logo a seguir 2.º barão de Porto Covo fora fundador e presidente da Administração no ano constitucional de 1821.

Aí devemos deter-nos porque Adalberto teve por madrinha a avó, senhora ciosa de um apelido ancestral, Taveira, que lhe constava vir de uns de Ribadouro, no século XII! Ela não conseguiu impor o apelido ao neto (parece, sempre segundo os arquivos privados da Dr.^a Genoveva, que irritando o compadre visconde, na sua diminuta fidalguia), mas em 1850, por suas relações, fizera obter para o genro, já director do Banco entretanto de Portugal (de que importa a bibliografia histórica), uma carta de brasão, partido de Pereira (com brica), e Taveira de nove arruelas, em dois quartéis, e de Sousas do Prado; não consta a razão que moveu o Rei de Armas na opção da estirpe do Prado em especial.

Cinco anos mais tarde, Felizberto Jacinto (só) Martins (que era apelido onomástico sem heráldica própria) construíra palacete a Santa Isabel, depois acrescentado com um andar pelo Conselheiro Adalberto, e que ficara na família até ao falecimento, em 2000, do pai do Dr. Sousa Taveira que me contactara, e era bisneto dele.

O Conselheiro Adalberto Martins de Sousa tivera duas irmãs, uma casada e com geração (registada e sem interesse, segundo a minha informadora) e outra que fora para freira; e três filhos: um diplomata, António, que morrera em posto de secretário em Buenos Aires, outro que fizera carreira na administração colonial, Júlio, afilhado e protegido do ministro Júlio de Vilhena, grande amigo e correligionário do pai. Nenhum dos dois teve geração (ou um filho mestiço, pelo menos, o segundo, na «árvore» da Dr.^a Genoveva), mas sim o primogénito, Humberto Martins de Sousa Taveira — apelido tomado a instante pedido da própria avó, que faleceria três anos depois do seu nascimento, em 1863. Das ideias republicanas que levaria, até falecer em 1932, encontraremos notícias interessantes, por generosa compreensão, nas Memórias do pai Adalberto. Este casara em 1860, só após a morte do pai Felizberto, com uma menina Silva, sem dote, de modesta origem, por amor que se julga sincero e resistente — que a mãe, D. Eulália, romanticamente protegera. Daí também o filho Humberto passar a ser Taveira, por gratidão, sublinhou a minha informadora. Deste nasceu Alberto e mais duas irmãs, uma delas mãe da Dr.^a Genoveva. Foi ela, D. Carolina, quem recebeu do pai o encargo solene dos papéis e cartório da família, que transmitiu à filha. Deles foi afastado o irmão, por graves desinteligências políticas com o pai, ao tomar rumos monárquicos conspiratórios e depois salazaristas,

na União Nacional, até falecer, em 1961. O filho primogénito, Júlio, falecera infante e o seguinte, Manuel, continuou o ramo varonil, ambos de uma mãe sem mais notícia, de nome Madureira; terminara neles a série onomástica dos «bertos» cuja razão inicial se ignora. Foi o pai do meu interlocutor (e de uma irmã a quem fui apresentado cerimoniosamente), e foi o seu falecimento, em 2000, que determinou a venda do palacete de Santa Isabel. Arruinado em negócios, ele partira para o Brasil após o 25 de Abril, voltara e empenhara-se mais, e ainda mais, depois, o filho que comigo tratou — informação que agora pode ter significação, e que devi à Dr.^a Genoveva, com confirmação franca, do seu primo, que me autorizou a revelá-la. A venda da casa da família não terá chegado para pagar dívidas, hipotecada que estava, havia muito. E (será também agora o momento de o dizer) a mudança e o esvaziamento da casa, que já vira partir muitos dos melhores móveis do Conselheiro Adalberto (e o retrato de Columbano) levara a descobrir, num baú esquecido no sótão, o manuscrito das Memórias que vamos ler a seguir.

Os detalhes do achamento soube-os eu do Dr. Júlio de Sousa Taveira, já no andamento dos nossos encontros, em conversa de maior confiança, quando, mesmo, veio a talhe de foice desiludi-lo do hipotético valor venal do manuscrito — e oferecer-lhe, por precipitada generosidade, metade dos direitos de autor relativos ao trabalho que eu estava a ter. Recusou-os com elegância, diga-se, o trineto do Conselheiro Adalberto Martins de Sousa. De qualquer modo, ele transmitiria o manuscrito original aos filhos — que fizessem dele o que quisessem... E também os da prima Genoveva, que não tinha herdeiros. A ver, ainda, se, graças à presente publicação, ia poder convencer a Senhora a «devolver-lhos» — verbo em que insistia, com a razão genealógica que sabemos.

Restará dizer que a ilustração da edição, combinada com o editor, com algumas reproduções de pinturas de principal referência (e logo o retrato do Conselheiro por Columbano, agora em colecção pública) é tirada de documentação da época, muitíssima vinda d'O Ocidente e bastante dos dois jornais coevos do Rafael Bordalo Pinheiro, O António Maria e Pontos nos ii.

... Nesta Lisboa que foi o sítio vivido do Conselheiro Adalberto!

N. B. — Protes da Fonseca, retratado por Columbano Bordalo Pinheiro em 1884 (Casa-Museu Anastácio Gonçalves, Lisboa), para efeito ficcional desta obra, cedeu involuntariamente a sua identidade ao Conselheiro Adalberto Martins de Sousa.

1880

«Meu Filho, comecei hoje, 15 de Junho do ano de 1880, a redigir estas memórias ou impressões da minha vida e resolvi anteceder-las por esta carta que, ao mesmo tempo, lerás. A ti, meu Filho primogénito, as destino como documento e lembrança dos anos, que finais hão de ser, de uma vida que, no seguimento da de teus avós, criou a família a que pertences e vais continuar, pelos anos fora. Dentro em pouco deixarás a velha Coimbra com a tua carta de bacharel para uma vida activa que, estou certo disso, levarás a bem como os teus irmãos António e Júlio igualmente farão, a seu tempo.

Tua Mãe já nos deixou vai fazer agora três anos, mas a sua saudade imensa me acompanha. Por vontade dela passaste a acrescentar ao nosso primeiro nome de família um apelido nobre da tua avó que já entrara na carta de brasão concedida a teu avô, há trinta anos agora cumpridos. Um dia não muito distante casarás, e espero que para uma felicidade doméstica semelhante àquela que me beneficiou durante vinte e oito anos.

Há anos já que eu podia ter começado estes cadernos, e tua Mãe muito insistia comigo para que o fizesse. Afazeres, cuidados, alguma hesitação de modéstia também, levaram-me sempre a deixar para mais tarde essa tarefa, que no próprio dia do falecimento de tua Mãe tentei começar, como uma espécie de homenagem à sua memória, ainda quente, no caixão

da sala da nossa casa de Santa Isabel. Mas foram apenas umas páginas de saudade, não sei quantas, que consegui redigir e não continuei, falecendo-me o ânimo para tal. Lamento agora tê-las destruído, queimando-as no fogão do quarto, numa noite de angústia, como muitas que então vivi, na ausência saudosa da companheira de tantos anos.

A nossa união foi para mim uma benção, através de todos os obstáculos familiares que só no apoio sacrificado da tua avó Eulália puderam ter compensação e remédio. Não te esqueças, meu Filho, que ela ainda teve a grande alegria de te ver nascer, e levar à pia batismal, já viúva de teu avô, que Deus lhe perdoe as penas que lhe causou.

Foste, meu Filho, produto do amor puro e feliz de um casal. Por isso, decidindo-me agora a esta escrita que não mais abandonarei, num compromisso solene com a alma de tua Mãe, te deixo as folhas que comecei a enegrecer com esta tinta, no dia de hoje.»

É assim, sem tirar nem pôr, ou ipsis verbis, a primeira folha das Memórias que o Conselheiro Adalberto Martins de Sousa ia escrever — ou já tinha começado, nas folhas seguintes a que a carta fora visivelmente ajuntada a posteriori, como se diz. Isso lhe dá uma significação humana e sentimental em que importa atentar o leitor — que a História em que vai penetrar destas duas vertentes, ou perspectivas, bem necessita.

O Conselheiro Adalberto (assim lhe chamaremos, de ora em diante, por facilitação) começou então as Memórias que se dispunha finalmente a escrever pelas suas impressões das festas do terceiro Centenário da morte de Camões. Impressões de espectador convidado conforme a sua posição, mas também reflexões sobre os aspectos filosóficos e políticos das comemorações, no que viria a ser considerado como um momento grave de detecção de crise das instituições nacionais, ou quiçá, anunciando renovação radical de perspectivas. No quadro da qual dois pensamentos se opunham como o autor entendia, e procurava orientar-se, com naturais dúvidas de boa-fé, na idade matura a que chegara, em soma de variadas experiências. Não era, nem será, excelente a expressão literária do Conselheiro, correcta, porém, de bacharel de Coimbra e sabendo o seu latim, e de

boa educação que a seus pais era devida. Ou a sua mãe, sobretudo, e ao seu lado familiar, meio aristocrático, que lhe trouxera interesses bem diferentes dos que o lado Martins podia oferecer-lhe, fora da bem sucedida carreira bancária em que, protegido pelos Porto-Covo, seus padrinhos (e já de seu pai por proximidade de origem vianense, como sabemos) tinha progredido. Cabendo-me adoptá-la ou adaptá-la, minimamente, na medida das minhas obrigações de «editor» à inglesa (mas também muito raramente, de rewriter), para obter, ao menos, o nível desejável do «literariamente correcto» em que este livro há-de passar-se. E assim é que nos encontramos os três, o Conselheiro, eu e o amável leitor (como no seu tempo se dizia...) a assistir ao grande espectáculo de carros monumentais que tinham partido do Terreiro do Paço e subido ao Rossio e à colina engrinaldada do Chiado — até à praça e ao monumento do vate celebrado, em glória histórica e patriótica!... Ali, num palanque em que tomara o seu lugar (uma fotografia o deve mostrar), o Conselheiro Adalberto observava, um pouco atrás do alto vulto de Ramalho Ortigão, que o saudara compenetradamente, como deveremos entender. Curiosa personagem, na verdade, o Conselheiro Adalberto Martins de Sousa!

15 DE JUNHO

Sinceramente, ao iniciar estas páginas, não sei como exprimir a emoção que senti perante todas as manifestações levadas a efeito para comemorar o terceiro Centenário da morte de Camões! Uma cidade inteira, para não dizer todo um povo, foi, como que de repente, agitado por uma grande ideia que lhe deu uma espécie de consciência, que há muito não experimentava, de si próprio, quero dizer, de nós próprios! O espectáculo a que assistimos durante estes três dias minuciosamente programados não pode deixar de ser significativo de um patriotismo que pôde renascer na prosperidade que vemos realizar-se de há trinta anos para cá, no nosso País. O processo do progresso público é naturalmente lento, mas, depois de anos perturbados, devemos estar esperançados neste decénio que se anuncia. A Regeneração não terminou ainda no quadro de novas conquistas sociais que o progresso material bem compreendido garante. E é por isso

que as comemorações do centenário do grande poeta da Nação têm o significado que têm no momento em que se realizaram, e, mais ainda, na espontaneidade com que brotaram. Tudo se realizou em seis meses apenas, não o esqueçamos, desde que a ideia nasceu no espírito de alguns, logo tendo sido acolhida e desenvolvida em iniciativas afins, sem uma contradição, sem uma hesitação. E não foi oficial a grande iniciativa inaugural: ela partiu de uma força viva do País, a mais significativa de todas, nos tempos liberais que correm: a Imprensa! O Estado, pelo Governo, veio depois, com a aprovação desejável e o auxílio necessário, mas, como declarou, sem adoptar oficialmente o programa da Imprensa, e com o mínimo de despesas para os cofres públicos como, importa dizê-lo, não deixou de insistir, falando sempre nos limites das «forças do Tesouro»... Foi esse o princípio que, ao decidir-se por uma Festa Nacional, o Parlamento invocou na sua autorização ao Governo, já em Fevereiro deste ano, em resposta a um projecto de lei apresentado pelo poeta das «Peninsulares» que lemos não há muito (*publicado em 1876*), Senhor Simões Dias, deputado pelo Partido Reformista. Foi essa a intervenção do Estado sobre a ideia lançada pela benemérita Sociedade de Geografia que bem avaliara a proposta do seu sócio correspondente Joaquim de Vasconcelos, enviada já em Maio do ano passado, do Porto, onde labora este eminente investigador que não tenho a honra de conhecer pessoalmente, mas cujos trabalhos há muito venho apreciando, no domínio das artes e da música. Na Sociedade de Geografia, Luciano Cordeiro, seu Secretário-Geral, o grande jornalista que é Pinheiro Chagas, e ainda o ilustre Tomás Ribeiro, Delfim Guedes, novo Inspector das Belas-Artes e o brilhante director do *País* António Ennes, logo se ocuparam do caso e daí, já com projecto de lei aprovado, pela Câmara dos Pares em seu parecer, a iniciativa passou à Imprensa que Luciano Cordeiro representou pelo seu *Comércio de Lisboa*. Foi ele quem promoveu uma vasta reunião, na sede do jornal, na Rua do Alecrim, com representação de todos ou quase todos os jornais do País, os do governo «Progressista» exceptuados, exactamente em 3 de Abril. O tempo parecia então apertar-se e havia que trabalhar afanosamente, como foi feito. Eu detenho-me em todos estes

pormenores porque tive o gosto de estar nessa reunião, levado pelo meu bom Rafael Bordalo, conhecendo então o professor Teófilo Braga que ia ser um dos obreiros principais das comemorações. Foi ele quem, já em Janeiro, em três artigos notáveis no *Comércio de Portugal*, lançou o grande desafio, perguntando se havia ainda energias suficientes para que o nosso povo se afirmasse perante a História! A ele coube, em Abril, apresentar um bem fundamentado programa e começando por se dirigir ao Parlamento a pedir a cooperação do Governo, e mesmo dando-lhe um prazo de três semanas para responder...

Se o ilustre decano do jornalismo, Rodrigues Sampaio, da *Revolução de Setembro* foi eleito presidente honorário da Comissão, toda a responsabilidade das diligências passou em breve a caber a Eduardo Coelho que dispunha da grande máquina do seu *Diário de Notícias* e, daí em diante, não se poupou a esforços, contando também com o enriquecimento do programa com novas ideias do nosso Ramalho Ortigão que, com as suas *Farpas*, representava um importante factor intelectual da vida nacional. Ele declarou então que a revista devia «passar da esfera da crítica à esfera da acção». E para ele a iniciativa era como que um espelho posto à boca do moribundo para ver se respirava ainda... Ele e Eduardo Coelho integraram a comissão executiva, com Teófilo Braga, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas, entrando mais Magalhães de Lima e Jaime Batalha Reis, sob a presidência do eminente camonionista o Senhor Visconde de Juromenha, já desde o início justamente indigitado. A Academia Real das Ciências foi então consultada sobre o programa, já em meados de Abril, pela Direcção-Geral da Instrução Pública, do Ministério do Reino; o seu secretário-geral, o ilustre historiador Latino Coelho avançara a ideia da trasladação dos restos mortais do poeta, da capela de Santa'Ana, junto da casa em que terá morrido, para os Jerónimos, como elemento maior das comemorações. Foi agora levado a efeito, com que emoção! Acompanharam os ossos de Camões para esta morada derradeira e honorífica, os restos mortais de Vasco da Gama, vindos da sua sepultura na Vidigueira, também por proposta da Academia, que obteve para isso o acordo (ao princípio recusado!) do Senhor Conde da Vidigueira, descendente

diga-se que já indirecto de varonia, do grande Gama, que confirmou finalmente uma autorização em tempos obtida de seu Pai, o falecido e famoso Marquês de Niza. Haverá que esperar por sepultura monumental, mas o gesto simbólico foi feito [*os dois túmulos, de Costa Mota, serão terminados em 1898, então com nova e discutida trasladação dos restos de Vasco da Gama*]. A celebração em Santa Maria de Belém foi acompanhada pelo lançamento da primeira pedra de um monumento dedicado a Vasco da Gama, perto do magnífico convento; o seu projecto deve ser em breve conhecido, para uma realização que fica em débito ao grande Navegador (*Nunca será erigido ou projectado*). Foi-me dado assistir ao desembarque das ossadas trazidas no bergantim real e recebidas à porta da Igreja por Suas Magestades, vendo também chegar os restos de Camões, num destino histórico que agora é tornado comum, na definição da Pátria! O Senhor Visconde de Juromenha, que deu algumas sugestões preciosas embora não seguidas, para as comemorações, como seja a representação dos «Anfitriões» (que devia terminar no palco do D. Maria com uma alegoria) ou um prémio a conceder a uma obra poética que despertasse, hoje, idêntico amor à Pátria; e também a cunhagem de uma moeda e de uma medalha que reproduzisse o quadro de Sequeira, *A Morte de Camões* [*É assaz interessante esta sugestão, na medida em que o quadro referido, apresentado no Salon de Paris em 1824, se encontrava desaparecido, supõe-se que no Brasil; seria então conhecido o seu paradeiro, e em Portugal, para facilitar a cópia em relevo? Nada se sabe do caso, hoje em dia, mas é uma pista a atender porque o Conselheiro Adalberto parece ter tido, na altura, conhecimento da carta de Juromenha, à Comissão, só mais tarde publicada por Inocêncio — Dicionário Bibliográfico —, vol. xv, 1888*]. Mas a sua probidade científica deve ser também evocada, a propósito de outra carta que endereçou à Comissão, autenticando um importante documento descoberto na Torre do Tombo que informa sobre a tença concedida a D. Ana de Sá, mãe de Camões, à morte do Poeta, e de um segundo documento relativo à propriedade da casa da Calçada de Sant'ana, foreira de D. Aleixo de Menezes, cuja interpretação é justificativa, ou não, da morada final de Camões; ele deixa o caso, prudentemente, ao juízo dos lei-

tores, sabendo-se que de tal depende a própria autenticidade das ossadas trasladadas. São pontos sem dúvida de muito interesse, na grande gesta camoniana que se está vivendo, mas, perante tanto fervor nacional, eu pergunto se a provável realidade histórica não deve ser solidária daquela de que o nosso patriotismo precisa nos dias de hoje! Não é por acaso que personalidades como todas estas que vemos envolvidas nas comemorações, com a sua autoridade cultural, social e moral estabelecida, vêm garantir o significado festivo destas comemorações três vezes centenárias e que pela primeira vez o País entende fazer, e pode fazer. Já ouvi dizer que é «o primeiro movimento colectivo do Portugal moderno!». «De um povo indiferente, ele fez um povo entusiasta», escreveu o Guilherme de Azevedo no *António Maria*. Comentam amigos meus que o papel dos republicanos está presente por todos os lados nas manifestações, graças à acção relevante do Professor Teófilo Braga ou de Latino Coelho ou do jornalista Magalhães Lima (que em breve, ao que consta, vai lançar um grande quotidiano para concorrer o *Diário de Notícias*) [*Será O Século que aparecerá em 4 de Janeiro de 1881; ver na data*], ou do nosso caro Ramalho das *Farpas*, ou do meu bom Bordalo do *António Maria*. Este não faltou a encarecer a acção dos dois principais animadores, a encher a cabeça do Zé Povinho, e com os seus comentários a sublinhar a deficiência dos poderes públicos!... Camões, de barrete frígio, agradece finalmente a El-Rei e ao Conselheiro José Luciano, com as suas responsabilidades de Ministro do Reino «progressista», «não terem ido à sua procissão e terem-no feito republicano, com o que muito ganhou a ideia»... É crítica injusta em relação ao Trono, que levou mesmo a assobiar o retrato do Senhor D. Luís na sessão do Coliseu! Eu lamento o facto porque Suas Magestades estiveram no seu pavilhão do Terreiro do Paço, à partida do cortejo, e na solenidade de Santa Maria de Belém; mas a crítica acerta no governo «progressista» que deve ser inculpado de não ter estado atento à importância nacional do evento, fazendo com que ele não trouxesse benefício à Monarquia que deve servir, por ter mal aconselhado El-Rei. Não importa isso, porém, como tenho respondido às críticas que amigos meus fazem, que «outros va-

lores mais altos se alevantam», dizia o próprio Poeta! E são esses que devemos entender, para além de facções ou de ideias, que, por outro lado também, as comemorações foram atacadas, na violenta oposição entre Teófilo e o grande Antero, pensador socialista, que me dizem estar para publicar um opúsculo contra o que ele chama o «Santanário», acusando Teófilo de «santificar» clericalmente Camões, e vendo em Ramalho, com a sua ideia do grande cortejo, uma «regressão morfológica», vinda do avô que era da Ordem dos Terceiros de São Francisco... Citaram-me passagens, que em Lisboa (e no Grémio...) tudo se sabe muito cedo! [O opúsculo não foi jamais editado e só há notícia dele por referências.] E também o excelente Oliveira Martins, retorquindo aos críticos à sua *História de Portugal*, não deixa de ver ali o «patriotismo reduzido a um sentimento teatral e a vida nacional a uma ópera», ao mesmo tempo que desfaz nos «navios de papelão dourado» dos carros alegóricos, quando o País deixara de ter marinha... Tenho o maior respeito por estes dois altos espíritos e pela sua opinião, mas não é verdade que nos encontramos perante um facto maior da vida portuguesa, que moveu milhares e milhares de pessoas num levantamento de opinião que foi quase repentino, entre o lançamento da ideia e a realização, com a força altamente significativa e moderna da Imprensa, em que quero insistir? Por isso o Zé Povinho do nosso Bordalo se portou bem, como ele diz, e Camões lhe agradece... Entre o *Diário de Notícias*, que é voz neutral de milhares de leitores e as páginas sempre críticas das *Farpas*, ou os desenhos desassombrados de Bordalo (e não esqueçamos a revista de Teófilo Braga, o *Positivismo*, que ele representou no coro da Imprensa) passou uma corrente que não deve ser ignorada. Uma corrente sanguínea, atrevo-me eu a dizer... Pinheiro Chagas, entre os meus correligionários de partido, teve um papel relevante que o seu talento sempre justifica, para além de polémicas que podem ser postas de parte. E com ele esteve simbolicamente Rodrigues Sampaio, que já vimos tomar posição política responsável do nosso lado. Não esqueçamos, também, que a ideia partiu de um sábio a quem o estudo da arte nacional muito deve, no silêncio do seu gabinete portuense, alheio aos bastidores lisboetas. Somam-se

as significações dos acontecimentos, entre os intelectuais que empenharam o seu trabalho, como não é costume entre nós, nas realizações, e o povo que ocorreu, manifestando o seu contentamento, em todos e variados sítios a que foi convidado, num programa de grande envergadura e conteúdo.

Ele deve, sem dúvida, ser dividido em duas partes, com os espectáculos oferecidos e duas séries de conferências que tiveram lugar na Sociedade de Geografia pronunciadas pelas maiores sumidades nossas, como Teófilo, Chagas, Ramalho, Adolfo Coelho, com temas apropriados; e toda uma vasta bibliografia que já vai aparecendo e ainda mais aparecerá, em tempos próximos, de valor actualmente variado, em prosa e verso, que os especialistas avaliarão e eu hei-de escolher para a minha modesta Biblioteca. Mas conta também, na outra parte, uma série de iniciativas que virão a dar frutos pelo tempo fora. Não creio ser aqui local para as enumerar: eu não tenho prática destes cadernos e não quero criar precedentes... Na verdade, a lista publicada vai de A a Q, e comporta, entre escolas e asilos projectados, duas instituições que me parecem de grande futuro utilitário: um Ateneu Comercial, que será criado pela classe dos empregados do comércio de Lisboa, para desenvolvimento da sua instrução, e uma Associação de Jornalistas e Escritores que fundará uma bem-vinda biblioteca do jornalismo português, um cofre com função editorial, e um júri de honra para dirimir conflitos de Imprensa. Oxalá seja levada avante a ideia! Mas também, em outra ordem de iniciativas, se aponta a criação de grande bairro de habitações com suas ruas, a nascente da Avenida da Liberdade, em terrenos adquiridos à casa dos Condes de Redondo e por detrás do seu velho palácio sobre a Rua de Santa Marta. Um sindicato de construtores foi já criado e sabe-se que o Senhor Henri Burnay domina as operações, com o seu inegável talento financeiro. Houve já ali músicas e festejos populares e fogo-de-artifício e de Bengala, que vi, na noite de 10, com a área iluminada com barricas de alcatrão e, dizem, 10 mil fachos, para a inauguração deste empreendimento urbano desenvolvido sobre 200 mil metros quadrados! Vai chamar-se, oportunamente, Bairro Camões e terá uma Avenida da Índia como rua principal. O *António Maria* comentou jocosamente o

facto, com uma caricatura do Senhor Burnay que, pelos seus negócios bem conhecidos, é personagem frequente do Bordalo... De qualquer modo, está previsto um grande banquete final nos terrenos do novo bairro [*Teve lugar em 4 de Julho*]. E, a propósito, noto que o herdeiro da casa dos Condes de Redondo vai esposar, dentro de dias, uma prima direita do Senhor Burnay. Haverá também, instituídos pela Câmara Municipal, três «Prémios Camões», a atribuir, todos os cinco anos, ao melhor livro português publicado e à melhor obra de pintura ou de escultura produzida, com júris das Academias Reais das Ciências e das Belas Artes; e ainda, o que é inédito e meritório, ao melhor aluno do sexo feminino que tenha cursado a Escola Medico-Cirúrgica de Lisboa [*Nunca, ao que conste, estes prémios foram atribuídos*]. Estão previstas exposições em vários locais e será mostrada ao público a famosa Custódia de Belém, na igreja dos Jerónimos. Será cunhada uma moeda e publicado um livro com a descrição dos factos comemorativos (*Não foi editado*). E também, a Câmara Municipal, nos dias do Centenário, distribuiu 900 quilos de carne aos pobres da Cidade. Os jornais conforme programado, publicaram números especiais e o *Diário de Notícias* editou 30 mil exemplares dos *Lusíadas* que vai distribuir gratuitamente, iniciativa de Eduardo Coelho que merece o maior aplauso. Coube à Academia das Ciências realizar uma sessão solene no dia 9, com a assistência de Suas Magestades e para a qual tive a honra de ser convidado, podendo apreciar o seu alto nível. No mesmo dia, o [*Teatro*] D. Maria realizou uma sessão dramática com artistas de muitas das companhias em exercício, em Lisboa, e tive aí o gosto de ver, em fim da festa, coroar solenemente o busto de Camões, pelas primeiras figuras das companhias, que tantas vezes aplaudi na minha vida! No Coliseu houve também no dia 9 uma *matinée* musical de peças exclusivamente portuguesas, a que infelizmente não pude assistir; como também, no Trindade, a um sarau literário realizado pelos Estudantes de todas as escolas de Lisboa. Felizmente, na véspera, pude assistir ao espectáculo de gala do D. Maria, com o drama original de Cipriano Jardim. São cinco actos bem documentados sobre a vida do Poeta, que aplaudi sem grande convicção, confesso, louvando-me no júri oficial que, no seu

parecer, também não prodigalizou elogios ao texto cuja principal qualidade parece ser o seu «mais alevantado sentimento» e a sua «feliz oportunidade». Carlos Posser e Rosa Damasceno defenderam como souberam os principais papéis, de Luís de Camões («Pátria, morro contigo» foi a frase final do Poeta, que vinha de Garrett), e de Natércia, num texto com «poucas qualidades cénicas» e «escassa ficção» (uso os termos do parecer do júri a que pude ter acesso). Não houve concorrentes e era preciso um drama para completar as festas, como achava Teófilo que aconselhou o autor (até se disse que ele escrevera a peça, contra a qual parece ter havido «cabala»). O Senhor Jardim é pessoa estimável em Coimbra, pela sua dedicação literária. Assinalo aqui que o *Ocidente*, em sua crónica, não deu conta da sessão. Em matéria de teatro, não quero deixar de assinalar a abertura de uma sala com o nome do Poeta, na Calçada da Ajuda, a 10 de Junho. Não pude honrar o convite recebido do popular e honesto empresário Soares a quem as nossas províncias muito devem. E pena foi que a ode sinfónica encomendada pela Comissão ao excelente maestro Augusto Machado, «Camões e os Lusíadas», em três partes, não tivesse podido ser executada no São Carlos, como estava previsto, por o Governo não ter conseguido ou sabido, chegar a um acordo com a empresa concessionária, do Freitas de Brito, para fazer abrir, para o efeito, o teatro que esteve inutilizado desde Abril até Outubro! [*Seria parcialmente executada, na sua parte lírica, num concerto de Saint-Saëns no São Carlos, em Novembro de 1880 e obteve uma medalha de honra na Exposição Musical de Milão, em 1881.*] Deixei para o fim das minhas impressões, e como feliz justificação delas, as cerimónias da chegada dos restos mortais dos dois heróis da nossa História, o grande Gama e o seu imortal Cantor, a Santa Maria de Belém, como já disse significativamente recebidos à porta da igreja por Suas Majestades.

Foi uma cerimónia de alta qualidade no seu simbolismo. Chegados ao cais de Belém, vindo o Gama da Vidigueira até ao embarcadouro do Barreiro, e Camões da capela de Sant'Ana, com todas as honras militares e navais, devidamente programadas, os dois restos insignes ficaram depositados na capela do Presépio que passou a ser de São Rafael, por ter recolhido

o grupo escultórico que, segundo a tradição, ornava a nau desse nome, da primeira viagem à Índia, e veio da Vidigueira também. Agora, que se erijam os monumentos, com as suas estátuas jacentes projectadas! A outra, e, pela sua grandiosidade, principal manifestação do Centenário, foi o imenso cortejo triunfal que se formou no Terreiro do Paço ao meio-dia de 10, partindo com uma grande salva de artilharia, e percorreu a Rua Augusta, passando sob o arco recentemente terminado, rodeou o Rossio e desceu pela Rua do Ouro e foi até ao Largo do Pelourinho, diante do novo edifício da Câmara, que se está terminando, e subiu pela Rua Nova do Almada; passando ao Chiado, deteve-se na Praça Luís de Camões, diante do monumento do Poeta, para descer depois a Rua do Alecrim e dispersar no Aterro da Boa Vista. Um vasto pavilhão circular, desenhado pelo architecto da Câmara, Mestre Monteiro, para a Família Real, foi levantado no Terreiro do Paço, a grande altura do solo, com quatro entradas, duas delas em escadaria, que lhe acentuaram a monumentalidade desejada, as outras por duas longas galerias laterais. A cúpula do pavilhão é sustentada por dezasseis colunas que contei, formando quatro arcos ornados por sanefas azuis, e encimada por um troféu de quatro liras, com legendas camonianas pintadas, tiradas da Epopeia nacional. No Arco da Rua Augusta desfraldou-se, ao mesmo tempo, um estandarte com a legenda «A Camões, a Pátria agradecida». Suas Majestades, com o Senhor D. Fernando e a Sua Alteza o Infante D. Augusto, tomaram lugar no pavilhão, cercadas pelos Ministros e pelos Camaristas e altos funcionários civis e militares, os Dignos Pares e os Senhores Deputados e alguns convidados, entre os quais tive a honra de me encontrar.

Uma deputação da Comissão executiva recebeu a Família Real e Sua Majestade a Rainha entregou ao Conselheiro Pinheiro Chagas um grande ramo de flores rematado por uma larga fita azul e branca onde, com as armas dos dois reinos, de Portugal e de Itália, estava bordada a dedicatória «a Luís de Camões». Ele seria finalmente, após o desfile, depositado junto do monumento. Em outro pavilhão estiveram a assistir ao cortejo todos os representantes das Câmaras Municipais do País, recebidos pela Municipalidade da Capital a que o Senhor Rosa Araújo, meu ilustre

Amigo, preside, bem justamente apreciado pela sua incontestável obra da Avenida que vai tomando forma; dentro de breves tempos, ela será percurso estipulado para todos os desfiles monumentais da Capital! Para este que se formou na circunstância festiva, as ruas da Baixa pombalina deram agora cenário condigno, iluminado a preceito durante três noites. De lamentar que os priores das freguesias da cidade tivessem proibido os sinos de dobrar...

Do imponente cortejo cívico, que posso eu dizer? Se não falar na massa dos participantes, formada por todas as corporações de Lisboa, pelos poderes do Estado e pela Municipalidade, por representantes do Exército e da Armada, em parada, por escolas, sociedades de estudo, pela corporação da Imprensa em lugar de honra, sob os aplausos do público numerosíssimo a ver passar durante horas o bem ordenado desfile, sob uma chuva de flores lançadas das janelas. Foi ele pontuado por seis carros alegóricos compostos com critério monumental pelos nossos mais destacados artistas, que anotei; tiveram subsídio do Governo. O primeiro deles foi consagrado à gesta marítima da Nação e compô-lo o excelente pintor de marinhas Tomasini, com um galeão do século XVI, e ele passou rodeado por alunos da escola de marinheiros da Armada, com seus estandartes evocativos. Recordo que se lhe seguiu o carro alegórico dos feitos militares em terra, representado por um enorme baluarte guarnecido de troféus de armas, obra de Mestre Silva Porto; depois passou o carro do Comércio e da Indústria, do decorador José Maria Pereira, e o do domínio colonial, composto por Columbano Bordalo Pinheiro. O carro da Arte, com seus símbolos, foi obra do mestre escultor Simões de Almeida. Finalmente, o carro da Imprensa, que me pareceu superior, foi entregue à ciência de Mestre Monteiro, que lhe pôs uma grande estátua de Gutemberg, outros carros ainda, em forma de açafates, pertença da Câmara, levavam as coroas e ramos de flores destinados ao monumento do Poeta.

O Comércio pôs à venda muitos produtos, estampas ou lenços ou bolachas, ou cerâmicas, evocando e popularizando, em modas, o acontecimento. E eu termino estas páginas com que, comovidamente, dou início aos cadernos que assim resolvi iniciar hoje, com uma última reflexão que julgo significativa da

modernidade das comemorações, e do seu sentido, esse verdadeiramente progressista para o nosso País. Trata-se da iluminação a luz eléctrica, inovação aplicada à praça e ao monumento de Camões! Vou, naturalmente guardar os melhores números dos jornais que se ilustraram com aspectos das cerimónias, entre os quais, mais profusamente, o *Ocidente* e o *António Maria*, com os excelentes croquis do Bordalo, e as suas chistosas alusões...

20 DE JUNHO

Depois do texto, com que dei início a estes cadernos, em que me alonguei desmesuradamente, a mim próprio prometo passar a ser mais comedido! A modéstia do meu propósito de apenas registar impressões do dia-a-dia, não se coaduna com grandes discursos... E assim vou agora falar sucintamente do Salão da Promotora deste ano, o 12.^o, encerrado em Maio, já sob a presidência do Senhor Delfim Guedes, irmão do meu nobre Amigo visconde de Valmor. Ele teve uma grande ocorrência de novos pintores vindos de proveitoso gozo de bolsas em França, como Silva Porto, recentemente nomeado para o ensino da pintura de paisagem, na Academia, na sucessão do malgrado Tomás da Anunciação que tanto renome alcançara. Só ele apresentou vinte e nove pinturas, entre as quais *A Charneca de Belas*, de grandes dimensões, que o Senhor D. Fernando adquiriu para as suas notáveis colecções. Desse quadro escreveu o meu caro Ramalho Ortigão páginas de excelente análise e grande apreço, já o ano passado, no *Diário da Manhã*, ao visitar o *atelier* do pintor, e vi agora a sua reprodução no *Ocidente*.

Esta obra anuncia, quero eu crer, seguindo a autorizada opinião de Ramalho, uma nova era da nossa pintura contemporânea. Mas o Salão da Promotora contou ainda com a grande atracção, para o público dos visitantes, de dois retratos do insigne mestre francês Carolus-Duran, que esteve entre nós, a convite da Senhora Duquesa de Palmela. É dela um dos retratos, e o outro representa Sua Majestade a Senhora D. Maria Pia. São admiráveis sinfonias de cor, no cetim branco sobre fundo azul da *toilette* da Rainha e no cetim preto sobre fundo cereja da imagem da duquesa artista.